

Moral do controle: sobre inquietações e propostas para pensar “ideologia de gênero” e o Escola Sem Partido

BERNARDO FONSECA MACHADO

Universidade Estadual de Campinas, Campinas, São Paulo, Brasil

DOI 10.11606/issn.2316-9133.v28i2p32-38

No intervalo de quase uma década, os debates envolvendo gênero e sexualidade ganharam inéditos contornos pelo país: a suspensão do projeto Escola Sem Homofobia, os vetos de termos “controversos” nos Planos de Educação, a proliferação de propostas de lei alinhadas ao Escola Sem Partido e a divulgação da expressão “ideologia de gênero” na mídia e em diversas instituições de ensino. A listagem das ações políticas recentes, contudo, não dá conta do fenômeno social, seja por seu grau de complexidade, seja pelos termos adotados para lidar com o assunto.

Neste breve texto, discuto algumas categorias que vêm sendo mobilizadas no campo midiático e em parte de pesquisas acadêmicas para tratar dos fatos políticos relacionados ao projeto Escola Sem Partido e à denominada “ideologia de gênero”. Embora o início e o desenvolvimento dessas pautas não sejam idênticos, sujeitos envolvidos atuam dentro de um mesmo campo discursivo de ação (ALVAREZ, 2014) e partilham – como empreendedores morais – de preocupações político-culturais similares – apesar das divergências em outras esferas (MISKOLCI; CAMPANA, 2017).

Antecipo que este ensaio não se propõe a um balanço bibliográfico, mas a uma breve avaliação panorâmica: na primeira parte, exponho alguns incômodos a respeito de certas terminologias e, na segunda, apresento uma sugestão para contribuir com o debate que vem sendo travado.

Inquietações

Enquanto os sujeitos com quem a antropologia trabalha estão sendo atacados e a própria legitimidade do conhecimento no campo de estudos de gênero e sexualidade vem sendo questionada, urge adotar estratégias de reflexão. Nesse cenário, não convém sermos vistos como “ideólogos”, cabendo adotar o que Carrara, França e Simões (2018) chamaram de positivismo estratégico. Isto é, interessa assumir que, embora nosso conhecimento seja politicamente implicado e situado, ele não é uma “opinião” carente de rigor e de método. Muito pelo contrário, mantemos uma vigilância epistemológica que deve ser valorizada e defendida. Enfrentamos, assim, alguns desafios: como manter o compromisso em

destrinchar o pensamento que vem ameaçando os direitos à vida, à igualdade, à dignidade e à segurança de mulheres e pessoas LGBTI+? Em paralelo, como identificar os termos que nos fazem sermos lidos/as como “ideólogos/as”? Como sofisticar nossas apreciações? Comprometido com estas perguntas, esmiúço parte do vocabulário empregado em discussões recentes com o fim de indicar limites e caminhos.

Em primeiro lugar, gostaria de problematizar as análises – sobretudo no campo midiático – que recorrem ao termo “sair do armário” como forma de explicar o motivo de certos sujeitos vociferarem contra pautas “progressistas”. Esse tipo de formulação carrega, a meu ver, dois problemas. De início, ele sugere uma posição política imanente e transcendente – como se sujeitos guardassem dentro de si uma essência e somente agora a estivessem manifestando. A expressão supõe também uma coerência temporal na posição política das pessoas ao longo de sua trajetória. Embora exista muita continuidade na forma como a política se comporta no país – mandonismo, autoritarismo, racismo e afins – sujeitos produzem suas posições políticas em contexto, ressignificam suas práticas e ações nas relações cotidianas. Além disso, o termo me desperta um desconforto por sua associação à comunidade LGBTI+. O “sair do armário” guarda especial relação com esse grupo socialmente marginalizado de modo que seu uso e deslocamento em outras searas pode enfraquecer a demanda por visibilidade de direitos.

Ainda nessa linha, em segundo lugar, chama minha atenção o reiterado emprego de palavras como “progressista” e “conservador” em discussões e análises recentes. Isso porque elas costumam ser usadas de muitas formas: ora como termos descritivos, ora como categorias de acusação e ora como classificações identitárias. Certamente os estudos não ficam automaticamente prejudicados pela mera menção às categorias, contudo, há ocasiões em que assumimos (eu incluso) essas denominações como autoevidentes e deixamos de descrever os seus significados. Concordo, assim, com a proposta de Ronaldo Almeida (2017) que assume essas expressões como categorias construídas relacionalmente, no embate político; elas ganham sentido no processo de circunscrever pessoas, discursos, valores e posições. Isto é, numa pesquisa acadêmica vale perguntar: quando esses termos são empregados? Quem os enuncia? Quais os princípios classificatórios envolvidos? Sem desconsiderar o comprometimento político com o assunto e com as pautas de ampliação de direitos e o combate à violência, proponho que essas denominações merecem uma atenção especial, pois são uma via para discutir os comportamentos de sujeitos no cenário em questão.

Em terceiro lugar, vislumbro um esgotamento analítico da categoria “pânico moral”. Originalmente, o termo foi adotado pelos sociólogos Jack Young em *The Drugtakers: The social meaning of drug use* (1971) e por Stanley Cohen no livro *Folk Devils and Moral Panics* (1972). A expressão nomeia uma reação exagerada a um grupo de pessoas ou a um evento que passa a ser definido como ameaça a valores sociais. Do ponto de vista analítico, o conceito realiza um deslocamento pertinente pois se dirige a quem define o desvio – a quem rotula – ao invés de focar nas pessoas ou práticas rotuladas. Nos anos após sua formulação

original, diversos estudos adotaram a categoria, como o famoso ensaio de Gayle Rubin (1984) a respeito de sexualidade. Ressalto que não pretendo fazer uma retomada da literatura ou uma crítica à teoria dedicada ao conceito, já que esse caminho escaparia da proposta do artigo e de minhas competências – para isso sugiro o trabalho de Landini (2018) e David *et al.* (2011).

Mesmo assim, gostaria de provocar: apesar de sua capacidade em explicar os fenômenos contemporâneos, parece-me que, em algumas ocasiões, empregamos o termo de modo tautológico. Análises se iniciam com base no suposto de que o pânico moral já figurará como resposta para explicar a conclusão. Nesses casos, corre-se o risco de limitar a criatividade analítica e impedir as surpresas que o campo pode oferecer. Além disso, como o termo é amplo, ele tem a potencialidade de aglutinar eventos os mais variados e, ao fazê-lo, comprometer as nuances de cada aspecto. Não sugiro abolir essa terminologia na investigação, mas atinar para seu limite. As primeiras pesquisas acerca da “ideologia de gênero” e do projeto “escola sem partido” tiveram a proeza de traçar a genealogia desses discursos e nomear algumas de suas consequências (MISCKOLCI; CAMPANA, 2017; JUNQUEIRA, 2017). Feito isso, como avançar em nossa crítica? Proponho, a seguir, uma reflexão – provisória e experimental – nesse sentido.

A moral do controle

Em 2005, Didier Fassin discorreu brevemente sobre o que denominou economia moral, isto é, o conjunto de valores e normas morais vigentes de um dado grupo em um dado momento. Livremente inspirado no autor, quero pensar as morais em vigor e em disputa que tocam os temas de gênero e sexualidade no Brasil contemporâneo. Isso porque, enquanto a categoria “pânico moral” é útil para descrever os efeitos das práticas empregadas por alguns sujeitos – sobretudo sua repercussão no campo midiático e nas redes sociais –, o emprego do termo “pânico” – em seu significado mais corriqueiro e não necessariamente conceitual – sugere uma espécie de descontrole e de irracionalidade que não parece condizer com as táticas de quem está envolvido nessas controvérsias. Afinal, ativistas contrários à “ideologia de gênero” e favoráveis ao projeto Escola Sem Partido agem com cuidado, uma vez que reposicionam os entendimentos sobre os limites do Estado e os alcances da família. Assumem uma moralidade que se nutre da desconfiança generalizada das instituições governamentais e da suspeita na ingerência de pessoas com morais distintas sobre suas vidas. Sujeitos partilhariam o que denomino como moral do controle: a preocupação em manter absoluto domínio sobre o que se passa com sua família e suas crianças.

O slogan “não se meta com meus filhos” sintetiza esse esquema de monitoramento, talvez por isso ele tenha ecoado nas redes sociais quando Judith Butler desembarcou no Brasil para um conjunto de palestras em 2017 (BALIEIRO, 2018). Outra expressão em trânsito nesse universo – “meus filhos, minhas regras” – indica como professoras e professores passaram a ser vistas/os como intrusos/os nocivos/os na relação sacralizada entre pais e filhos. Proponho que a moral do controle orienta uma parte dos procedimentos adotados

recentemente por grupos ligados ao projeto do Escola sem Partido e contrários à discussão de gênero na escola. Para isso, inclusive, sujeitos aludem a preocupação com a educação infantil, haja vista que esta se apresenta como um dispositivo eficaz e legítimo para agir – seja atacar ou defender a causa.

Sob esse desejo vigilante, identifico ao menos três estratégias empregadas para regular o ensino e garantir uma escola domesticada. A primeira corresponde às diretrizes do projeto Escola Sem Partido voltadas a docentes, a segunda diz respeito ao incentivo da “judicialização” como forma de garantir a fiscalização de pais, e a terceira se fundamenta na educação domiciliar com fins de assegurar o conteúdo dos saberes e da moral nas mãos da própria família.

No primeiro caso, o projeto criado pelo procurador Miguel Nagib prevê uma lista de ordenações negativas que circunscrevem as posturas docentes na sala de aula:

- não se aproveitará da audiência cativa dos alunos, para promover os seus próprios interesses, opiniões, concepções ou preferências ideológicas, religiosas, morais, políticas e partidárias;
- não favorecerá, não prejudicará e não constrangerá os alunos em razão de suas convicções políticas, ideológicas, morais ou religiosas, ou da falta delas;
- não fará propaganda político-partidária em sala de aula nem incitará seus alunos a participar de manifestações, atos públicos e passeatas; (...)
- respeitará o direito dos pais a que seus filhos recebam a educação moral que esteja de acordo com suas próprias convicções.

(ESCOLA SEM PARTIDO, s/d)¹

Segundo o projeto, as famílias poderiam se certificar de que, dentro das escolas, as informações seriam reguladas e filtradas dentro de uma moralidade particular, afinal seriam muitas as restrições. Entretanto, caso o ensinamento ultrapasse as estribelas e mobilize um referencial de gênero, a resposta deverá vir do universo jurídico. Conforme relataram Vencato, Silva e Alvarenga (2018), uma Igreja Evangélica da Assembleia de Deus de Santa Catarina disponibilizou em sua página na internet um modelo de notificação extrajudicial para apresentar a direções de instituições escolares. Trata-se de um instrumento cujo propósito é dar ciência do potencial litigioso de um assunto. Dessa forma, pais comunicariam a escola de sua insatisfação e ampliariam as técnicas para fazer valer a autoridade e a moral da família. Recursos jurídicos similares ganham, aos poucos, espaço nos tribunais e escolas do país.

Por fim, existe ainda um conjunto de adultos que vêem na educação domiciliar a melhor maneira para evitar ingerências de instituições de ensino ou do Estado, como é o

¹ Retirado de <https://www.programaescolasepartido.org/pl-federal>, acesso em 03.11.19

caso de parcela do movimento Mães pelo Escola sem Partido que tem reivindicando a regulamentação do *homeschooling*. Interessa ressaltar que essa modalidade de ensino não é nova, conforme explica Vasconcelos (2017), e ganhou popularidade no início dos anos 1980, especialmente nos Estados Unidos. Seus principais teóricos são Ivan Illich e John Holt, ambos defensores da liberdade de escolha dos pais, críticos dos procedimentos pedagógicos escolares e incomodados com presença do estado na vida familiar. Enquanto nos Estados Unidos, o *homeschooling* já abrange 4% dos estudantes ou dois milhões de estadunidenses (BREWER; LUBIENSKI, 2017), no caso do Brasil, embora inexistam números oficiais, nota-se um crescente interesse social nessa prática, conforme atestam Barbosa e Oliveira (2017).

As análises realizadas por parte das pesquisas acadêmicas costumam indicar a presença de uma lógica neoliberal que fundamenta a educação familiar em direção a uma desescolarização da sociedade (VASCONCELOS, 2017; BARBOSA; OLIVEIRA, 2017), entretanto, quero chamar a atenção justamente para a presença dessa modalidade moral que direciona a preocupação desses sujeitos. Na pesquisa de Gabriela Amaral (2019), Bárbara é mãe de três crianças e porta-voz do Mães Pelo Escola Sem Partido. Em conversa com a pesquisadora, a ativista enfatizou que a escola é o único lugar onde não tem controle sobre o que acontece com suas três crias: “aquela família tem todo um trabalho de educar seu filho, de colocar a moral, aí vem uma professora e fala outra coisa, embanana a cabeça da criança” (AMARAL, 2019, p.16). O *homeschooling* concretizaria o poder absoluto sobre os ensinamentos e – quiçá – os pensamentos dos rebentos; seria a forma mais segura pela garantia de um controle moral eficaz.

Considerações finais

Ao realizar a problematização dos termos empregados no campo midiático e em alguns trabalhos acadêmicos, tentei oferecer contribuições para o sério debate sobre gênero e sexualidade na esfera pública contemporânea. Se a expressão “sair do armário” compromete a luta do movimento LGBTI+ por desloca-la de seu contexto mais conhecido, o uso irrefletido de expressões como “conservadores” e “progressistas” pode contribuir para que sejamos chamados/as como “ideólogos/as” – há quem diga que estamos tomando partido por mobilizarmos, de modo automático, esses termos “acusatórios”. Uma descrição pormenorizada das formas pelas quais as pessoas das pesquisas empregam essas categorias pode render bons frutos analíticos. Além disso, considero prudente reservar especial atenção para os limites do conceito de pânico moral de modo a evitar um uso tautológico e automático.

Por fim, ao propor a categoria moral do controle, quis nomear um dos desejos que orienta sujeitos envolvidos nos projetos de cerceamento dos direitos ligados à população LGBTI+ e às pautas de gênero. Ao conferir o estatuto de problema para essa vontade, torna-se possível notar como mães e pais ambicionam um olhar vigilante – onisciente e onipresente – sobre suas crianças, um tipo de controle transcendente com vistas a uma vida ascética e regrada.

Num cenário em que as palavras são empregadas de modo perverso por sujeitos os mais variados, a reflexão atenta à terminologia pode ter um caminho promissor para a pesquisa e transformador para a política.

Referências Bibliográficas

- ALMEIDA, Ronaldo. A onda quebrada - evangélicos e conservadorismo. Cadernos Pagu, Campinas, n. 50, e175001, 2017.
- ALVAREZ, Sonia. Para além da sociedade civil: reflexões sobre o campo feminista. Cadernos Pagu, Campinas, n. 43, pp. 13-56, 2014.
- AMARAL, Gabriela. Mães pelo Escola Sem Partido: disputas sobre educação na cidade de São Paulo. Texto apresentado no VII Seminário FESPSP em 30, nov. 2019.
- BALIEIRO, Fernando de Figueiredo. “Não se meta com meus filhos” – a construção do pânico moral das crianças sob ameaça”. Cadernos Pagu, Campinas, n. 53, e185306, 2018.
- BARBOSA, Luciane Muniz Ribeiro; OLIVEIRA, Romualdo Luiz Portela de. Apresentação do dossiê: Homeschooling e o direito à educação. Pro-Posições. Campinas, v. 28, n.2 (83), p. 15-20, 2017.
- BREWER, Timothy Jameson; LUBIENSKI, Christopher. Homeschooling in the United States: examining the rationales for individualizing education. Pro-Posições. Campinas, v. 28, n.2, p. 21-38, 2017.
- CARRARA, Sérgio, FRANÇA, Isadora; SIMÕES, Júlio. Conhecimento e práticas científicas na esfera pública: antropologia, gênero e sexualidade. Revista de Antropologia, v.61, n.1, p. 71-82, 2018.
- DAVID, Matthew; ROHLOFF, Amanda; PETLEY, Julian; HUGHES, Jason. The Idea of Moral Panic: Ten Dimensions of Dispute. In: Crime, Media, Culture, Vol.7, n;3, p. 215-218, 2011.
- FASSIN, Didier. Compaixão e repressão: a economia moral das políticas de imigração na França. Ponto.Urbe, n.15 2014.
- JUNQUEIRA, Rogério Diniz. “Ideologia de gênero’: a gênese de uma categoria política reacionária – ou: a promoção dos direitos humanos se tornou uma ‘ameaça à família natural’?”. In: RIBEIRO, Paula Regina Costa; MAGALHÃES, Joanalira Carpes. *Debates contemporâneos sobre educação para a sexualidade*. Rio Grande: Ed. da FURG, p.25-52, 2017.
- LANDINI, Tatiana Savoia. Pedofilia em museus: quando o antigo conceito de pânico moral se faz presente. Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social, v.11, nº3, p.512-532, 2018.
- MISKOLCI, Richard; CAMPANA, Maximiliano. “Ideologia de Gênero”: notas para a genealogia de um pânico moral contemporâneo. Sociedade e Estado, Brasília v. 32, nº 3, p. 725-747, 2017.
- RUBIN, Gayle. Thinking sex: notes for a radical theory of the politics of sexuality. In: VANCE, Carol. *Pleasure and Danger*. Boston/London: Routledge, 1984, p. 267-319.

VASCONCELOS, Maria Celi Chaves. Educação na casa: perspectivas de descolonização ou liberdade de escolha? Pro-Posições. Campinas, v. 28, n.2 (83), p. 122-140, 2017.

VENCATO, Anna Paula; SILVA, Rafaela Lacerda; ALVARENGA, Rodrigo Lessa. A educação e o presente instável: repercussões da categoria 'ideologia de gênero' na construção do respeito às diferenças. Psicologia Política, São Paulo, v. 18, nº43, p.587-598, 2018.

autor

Bernardo Fonseca Machado

É Pesquisador de pós-doutorado (Bolsa FAPESP 2019/08713-2) no Departamento de Ciências Sociais da Universidade Estadual de Campinas, com mestrado e doutorado em Antropologia Social pela Universidade de São Paulo.

Recebido em 04/11/2019

Aceito para publicação em 20/12/2019